

**FRAUDE NO SENADO**

Poucos duvidam que os senadores ACM, Arruda e Jader Barbalho perderão seus mandatos

# Maioria dos ministros prevê cassação

Arquivo

É quase unânime no governo – entre ministros, líderes, assessores graduados e até o próprio presidente da República – a posição de que o Senado dará a Antônio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e Jader Barbalho, o mesmo destino: a cassação dos mandatos. De 12 autoridades consultadas, apenas duas não acreditam na cassação. As análises, porém, variam. Alguns deles lembram, por exemplo, que os casos, embora interligados, obedecem a uma dinâmica diferente.

ACM e Arruda estão hoje mais expostos, mas essas interpretações apontam a evidência de que não há como escapar de uma contaminação

de um caso pelo outro. Os senadores dificilmente deixarão de conferir reciprocidade às penas. Se isso não acontecer no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, provavelmente, a decisão será tomada pelo plenário.

“Não há a menor chance de eles se salvarem. Fiz essa avaliação para o Arruda e sugeri que ele renunciasse”, diz um ministro tucano. Compartilham da mesma avaliação, tucanos de primeiro escalão como José Serra (Saúde), Aloysio Nunes Ferreira (secretaria-geral da Presidência) e Pimenta da Veiga (Comunicações).

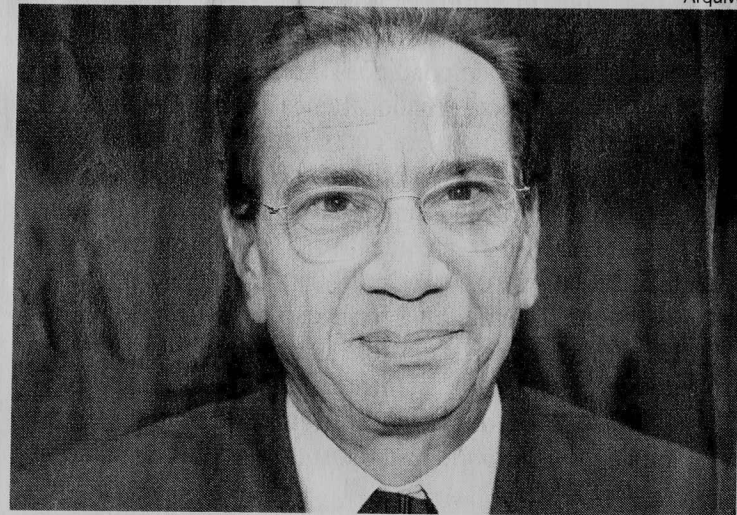
No PMDB, concluiu-se pela impossibilidade de salvação dos sena-

dores ameaçados. A tendência pela cassação seria irreversível. “A pizzaria fechou”, tem dito a amigos um ministro do partido. Ainda assim, os peemedebistas prometem trabalhar duro para manter uma linha divisória deixando o escândalo da Sudam longe da fogueira do Conselho de Ética. Na cúpula do partido, porém, não há dúvidas: a cassação de Arruda e ACM provoca a degola de Jader.

Entre os pefelistas também não há espaço para sonhos e devaneios. Sabe-se que o partido continuará com o declaratório favorável e confiante na absolvição do cacique baiano. Fora e dentro da Esplanada dos Ministérios, contudo, os pefelis-

tas em expressiva maioria consideram improvável qualquer possibilidade de recuperação de ACM e de seus sócios de destino. Há apenas uma exceção: o ministro da Previdência, Roberto Brant, que por excesso de zelo, une-se aos baianos e avalia que nada vai acontecer.

No Planalto, a avaliação também é de que a cassação dos três senadores já foi decretada e dificilmente será revogada. Se pudesse escolher, FHC ficaria apenas com a cassação do cacique baiano. Como não pode, assistirá de camarote a degola de seus aliados na mesma guilhotina que cortou a cabeça de seu mais incômodo adversário.



O ministro Aloysio Nunes Ferreira acredita na cassação